

L E I Nº 829/69

Data : 29 de setembro de 1969.

A câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Artigo 1º - Fica aprovado o orçamento geral do Município de Bandeirantes, para o exercício de 1.970, discriminados pelos anexos integrantes desta Lei, e que estima a RECEITA e fixa a DESPESA em NCr\$ 1.800.000,00 (um milhão, oitocentos mil cruzeiros novos).

Artigo 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, suprimientos de fundos e outras fontes de rendas da Legislação em vigor e das especificações constantes do anexo II e seus subanexos, de acordo com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES: 1.670.000,00

Receita Tributária 395.000,00

Receita Patrimonial 1.200,00

Receita de Transferências Correntes 1.175.000,00

Receitas Diversas 98.800,00

RECEITAS DE CAPITAL 130.000,00

Transferências de Capital 130.000,00

Artigo 3º - A despesa será realizada na forma dos quadros analíticos, constantes dos anexos III e seguintes, dos respectivos subanexos, conforme discriminação seguinte:

CÂMARA MUNICIPAL 8.000,00

Prefeitura 67.000,00

Secretaria 80.000,00

Administração Financeira 144.000,00

Defesa e Segurança 12.000,00

Recursos Naturais e Agropecuários 5.000,00

Viação, Transportes e Comunicações 282.000,00
Educação e Cultura 404.000,00
Saúde 25.000,00
Bem Estar Social 92.000,00
Serviços Urbanos 681.000,00

TOTAL 1.800.000,00

Artigo 4º - Fica o Prefeito Municipal Autorizado a:

I – Efetuar operações de crédito por antecipação de receita até o limite de 10% (dez por cento) do total da receita estimada:

II – Abrir crédito suplementar até 50% (cinquenta por cento) das dotações referentes às verbas de custeio de serviços (3.1.0.0), investimentos (4.1.0.0) e inversões financeiras (4.2.0.0).

Artigo 5º - A execução da despesa variável dependerá do comportamento efetivo da receita, ficando o Prefeito autorizado a aprovar, por decreto, um plano de contenção das despesas que não sejam fixas, até o limite de 40% (quarenta por cento).

Parágrafo Único – No decorrer do exercício, a arrecadação atingido os níveis previstos, poderão ser liberadas por decreto do Prefeito, proporcionalmente, as dotações incluídas no plano de contenção.

Artigo 6º - Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor a 1ª de janeiro de 1970.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, em 29 de setembro de 1969.

Luiz Meneghel
Prefeito Municipal

Osmar Ortega
Oficial Administrativo

